

ACTA N.º 17

Acta da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 16 de Janeiro de 2004.

Aos dezasseis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro reuniu, no Salão da Junta de Freguesia, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Maria Graciete Costa de Brito, Felícia Prudêncio Gameiro, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Paulo Francisco Espirito Santo, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, Manuel Luís Cruz Bárbara, Anabela Leal Agostinho da Silva, Teresa Isabel Claudino de Freitas, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, João Abílio Mourato Rosa, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, António Jesus Milheiriço, Sérgio Augusto Ferreira Mendes e Vitória Maria Lopes de Faria Brito.

Constituída a Mesa, pela sua Presidente, Vera Lúcia Santos Noronha, e pelos Secretários, Maria Graciete Costa de Brito e Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, foi iniciada a sessão cerca das vinte e uma horas.

Tomou a palavra a Presidente da Assembleia para dar posse a Vitória Maria Lopes de Faria Brito por renúncia de mandato de Carlos Jorge Duarte Pereira.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia, foi a seguinte:

Ponto 1 – Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o Ano 2004

Ponto 2 – Apreciação e votação da Criação de Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos – “Aguas do Ribatejo – Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM” (ofício 4950 da AMLT de 22-12-03).

Ponto 3 - Apreciação e votação de Protocolo a celebrar com a empresa

TEXSA,S.A., para instalação de uma unidade de produção na Zona Industrial de Alpiarça.

A Presidente da Assembleia Municipal, não havendo período antes da ordem do dia por se tratar de uma sessão extraordinária, refere-se à necessidade de actualização dos dados dos eleitos. Esclarece, ainda, sobre a forma regimentar de convocação de Assembleias Municipais Extraordinárias e sobre alteração de legislação que promove a mudança de composição do Conselho Municipal de Educação, que se anexa.

Ponto 1 - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o Ano 2004

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o tema à discussão.

O eleito Vasco d'Aguiar solicitou ao Presidente da Câmara esclarecimento sobre o sentido desta alteração.

O Presidente da Câmara esclareceu o eleito e, não havendo mais intervenções, foi iniciada a votação. O ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto 2 – Apreciação e votação da Criação de Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos – “Aguas do Ribatejo – Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM” (ofício 4950 da AMLT de 22-12-03).

A Presidente da Assembleia Municipal faz entregar aos eleitos uma alteração à documentação em apreciação e uma correcção à certidão. Dá, também, conhecimento da existência de dois anexos que podem ser consultados.

A Presidente da Assembleia Municipal teceu algumas considerações relativamente à coragem da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo que, com este projecto, contraria a corrente dominante no País de constituição de empresas com capitais minoritariamente autárquicos.

O eleito Paulo Espírito Santo indagou sobre a substituição da certidão. Solicitou a interrupção da sessão, por alguns minutos, para análise da nova certidão.

A sessão da Assembleia foi suspensa por um período de cinco minutos.

O eleito Vasco d'Aguiar apresenta dúvidas e lamenta a falta de tempo para

uma análise documental, nomeadamente no que concerne ao estudo de viabilidade económica deste projecto. Considera que o serviço público prestado pela Câmara Municipal serve bem e é lucrativo, pelo que não é do seu entendimento a nova estratégia de gestão apresentada. Considera, ainda, que a gestão privada não oferece garantias e que comporta custos, nomeadamente, ambientais.

A eleita Sónia Sanfona contrapõe. Afirma que quando o capital é maioritariamente público, a gestão não pode ser considerada privada. Aponta vantagens no modelo de gestão apresentado no que concerne ao investimento viabilizado por este. Requer, no entanto, esclarecimentos adicionais ao Presidente da Câmara sobre o que poderá estar subjacente a este projecto.

O eleito Ricardo Hipólito lamentou que a informação disponibilizada aos eleitos fosse escassa, facto que lhe impossibilitou uma análise mais profunda do tema. Referiu exemplos de outras Autarquias com posições diferentes em relação a esta matéria.

O eleito Paulo Espírito Santo sugere que na convocatória da Assembleia Municipal possa constar referência ao local, exacto, dos documentos a consultar. Considera que a documentação é do perfeito conhecimento dos presentes e que não existem partidarismos dos municípios em relação a esta questão. Refere que Alpiarça não deve ficar em situação de isolamento e deve, isso sim, procurar a solução de gestão mais vantajosa.

O eleito João Abílio considera que a situação de isolamento seria penalizante, em termos de investimento, para o Município. Solícita esclarecimento sobre a actual gestão Camarária da Água é, ou não, lucrativa.

O eleito Pedro Gaspar considera estar perante uma questão muito sensível, por se tratar de um bem essencial à vida, mas que não deve ser politizada. Afirma a necessidade de analisar esta matéria de uma perspectiva local mas em enquadramento nacional e comunitário. Refere-se às exigências das normas comunitárias, no que concerne à qualidade das águas e infra estruturas de saneamento básico, de elevado nível de exigência. Considera que o modelo de gestão apresentado, inovador e de capitais maioritariamente públicos, é preferível à corrente dominante em Portugal com as “Águas de Portugal” de capitais maioritariamente privados.

A Presidente da Assembleia Municipal teceu considerações sobre questões

ambientais e afirmou que um desenvolvimento sustentável não é feito de palavras vãs. Considerou que os problemas de hoje não são os mesmos do passado, pelo que não poderemos pôr em causa investimentos que obrigatoriamente têm de ser feitos. Afirmou que os municípios da Lezíria têm que garantir que a sua água é segura, não apenas hoje mas também no futuro. O eleito Ricardo Hipólito solicitou informação sobre as evoluções distintas do tarifário até 2008. Considerou que o futuro não vai ser brilhante, que se tem feito muito pouco à água e que, apesar do estudo deste projecto ter tido aprovação ministerial, não teve suficiente informação sobre o mesmo. Questiona como se irá ultrapassar uma possível reprovação do Município de Santarém.

A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos aos eleitos. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que relativamente à tarifa esta será comum a todos os municípios aderentes, após 2008. Apresentou o historial deste processo tendo por base o facto de que a região ficaria sem uma fatia importante de fundos comunitários a curto prazo e há que garantir um desenvolvimento sustentável. Apresentou todas as vias possível, que foram sujeitas a análise, para a gestão de Aguas Municipais e justificou, desta forma, a opção tomada pelas autarquias da Lezíria do Tejo. Explicou os benefícios relativos ao Município de Alpiarça em termos de investimento. Referiu-se, também, à necessidade de solidariedade em relação aos municípios que têm problemas graves no domínio das águas.

O eleito Ricardo Hipólito voltou a questionar sobre as implicações de um hipotético chumbo por parte do município de Santarém.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu e fez votos para que não seja necessário, no futuro, apresentar uma proposta rectificativa.

A eleita Cláudia Rodrigues pediu explicações sobre o concurso publico.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu a munícipe.

A Presidente da Assembleia Municipal leu a minuta que vai ser colocada à aprovação da Assembleia Municipal.

Foi aprovado por maioria com 5 (cinco) abstenções e 11 (onze) votos a favor.

O eleito Vasco d'Aguiar fez declaração de voto no sentido de não ter sido suficientemente esclarecido.

Ponto 3 - Apreciação e votação de Protocolo a celebrar com a empresa TEXSA,S.A., para instalação de uma unidade de produção na Zona Industrial de Alpiarça.

A eleita Sónia Sanfona interveio no sentido de registar que se trata do terceiro protocolo com empresas de grande dimensão a implantar na Zona Industrial de Alpiarça. Entende que se percebe o porquê deste interesse. Congratula-se pela instalação destas empresas no nosso concelho, sobretudo pela possibilidade de criação de postos de trabalho.

O eleito Ricardo Hipólito questiona sobre os índices de poluição desta empresa. Receia que os postos de trabalho referidos no protocolo não virem a ser para os Alpiarcenses.

O eleito João Abílio refere que estranha não ver prevista a quantidade de água necessária para o funcionamento da empresa.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a empresa é do tipo “B” pela quantidade de energia eléctrica que contractualiza, mas que é “limpa” do ponto de vista ambiental. Referiu que o protocolo, no que concerne à forma de contratação de mão-de-obra, é idêntico para as três empresas referidas anteriormente.

O eleito Ricardo Hipólito considera que “privilgiar”, como referido no protocolo, não é o mesmo que “obrigar”.

Foi o ponto colocado à votação. Foi aprovado por unanimidade.

Após aprovação da minuta da acta, por unanimidade, deu-se por encerrada a sessão.

A Presidente da Mesa colocou à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

